



VIII Grão Fino: Semana de Fotografia
Campina Grande/PB
4 a 5 de Dezembro de 2025
Paraíba, Nordeste, Brasil



Representação, fotografia e a formação do outro: o caso do massacre do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto¹.

Tiago Pedro de Araujo Pereira²

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Essa comunicação aborda o Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, uma comunidade que existiu no Cariri cearense nas primeiras décadas do século XX. Devotos de Padre Cicero tal comunidade foi vítima do estereótipo ao nordestino, que os caracterizavam como um corpo degenerado e inferior, sendo considerada uma ameaça, foi massacrada por bombardeios de aviões. Em contribuição às pesquisas sobre o Caldeirão, fizemos uma análise das poucas fotografias que restaram do evento. Traçando uma genealogia das imagens fotográficas que formaram o estereótipo Nordestino, a partir de um conjunto de carte-de-visité de 1887, sobre a chamada “Seca do sette”, até chegar no relatório policial sobre a comunidade massacrada em 1937. Utilizamos como metodologia as abordagens teórico-críticas de autores como Ariella Azoulay (2024), no que se refere à potencialidade da fotografia, e Didi-Huberman (2020), em seus estudos acerca do irrepresentável em episódios de violência extrema. As imagens oferecem uma oportunidade de recontar essa história, pois potencializam novos olhares sobre a mesma (Azoulay, 2024). A partir de novas perspectivas geradas pela leitura das imagens, é possível reimaginar o passado e abrir caminhos para a elaboração do trauma, como a reparação histórica, deslocando o relato oficial de seu lugar de poder estabelecido (Foucault, 2005), de modo a estabelecer o protagonismo da narrativa a quem sofreu a violência.

Na invasão ao Caldeirão, um fotógrafo fazia parte do pelotão policial Munido de imagens, o então Coronel Góes faria um relatório, que depois viraria

¹ Trabalho apresentado no GT “Fotografia documental”.

² Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRJ, e-mail: tiagofelps@gmail.com.



VIII Grão Fino: Semana de Fotografia
Campina Grande/PB
4 a 5 de Dezembro de 2025
Paraíba, Nordeste, Brasil



um livro que faria parte de uma exposição. Tal objeto e sua maneira, de forma épica, discorria, segundo a ótica dos militares, sobre o perigo dos fanáticos e a bravura da força governamental em acabar com esse núcleo perigoso. Esse mesmo material seria doado ao recém-inaugurado Museu do Ceará. Fotos, escritos e os objetos apreendidos na comunidade entraram no acervo da referida instituição como um aviso permanente de um passado que deveria desaparecer.

Usar imagens nas ações policiais do Nordeste não era novidade, pois em Canudos tivemos um registro fotográfico do fim do embate, e havia muitas fotos de cangaceiros nas ações das volantes contra estes. A reprodução fotográfica é entendida como uma ação neutra, um procedimento científico dotado de objetividade, a ser usada por aqueles que dispõem dos meios para tal, à revelia de quem tem sua foto roubada.

Figura 1 - Livro *A Irmandade da Santa Cruz*



Fonte: Acervo pessoal do autor (2024).

Neste relatório, encontramos imagens e legendas que descrevem os moradores segundo a ótica dos militares. O que se percebe nesse material, produzido em 1937, é que uma certa ideia de progresso entrou em conflito diretamente com a comunidade igualitária, na qual o maior problema era um



VIII Grão Fino: Semana de Fotografia
Campina Grande/PB
4 a 5 de Dezembro de 2025
Paraíba, Nordeste, Brasil



negro líder com muito ouro, que comandava em torno de 3 mil pessoas, na sua maioria também negros.

No caso do genocídio ocorrido no interior do Cariri cearense, mais precisamente na comunidade do Caldeirão, imaginar o inimaginável não é apenas um desafio teórico, mas uma necessidade urgente para romper com o silenciamento e reivindicar outras formas de memória. O estudo das fotografias sobreviventes dessa história, dos rastros deixados pela destruição e dos testemunhos daqueles que resistiram torna-se, assim, uma arqueologia da dor e da presença, como que um esforço para tornar visível aquilo que a violência tentou apagar.

A discussão sobre trauma e suas representações aprofundou-se após os eventos da Segunda Guerra Mundial, permanecendo relevante até os anos 2020 do século XXI. Na última década, pensadores como Ariella Azoulay (2024, p. 200), nos convidam a refletir sobre: “como contar uma história considerada impossível? Uma resposta é: por meio da potencialidade da fotografia”. Embora restem poucas fotografias do Caldeirão, feitas em sua maioria por quem perpetrou a violência sobre a comunidade, no caso, a força policial quando, em 1934, expulsou de suas casas as pessoas que faziam parte da comunidade, cometendo o genocídio em seguida, essas imagens oferecem uma oportunidade de recontar essa história. E, a partir de novas perspectivas, é possível reimaginar o passado e abrir caminhos para a elaboração do trauma coletivo.

Apesar de já ter sido estudado, o massacre do Caldeirão ainda não foi analisado a partir de suas imagens. Esta dissertação, por sua vez, propõe uma investigação acerca da escassez de fotografias sobreviventes do evento, examinando não apenas seu conteúdo, mas também os contextos em que foram produzidas e os enquadramentos históricos que influenciaram sua construção. Compreender essas imagens é essencial para revelar como determinados discursos foram consolidados visualmente, participando da narrativa que justificou a violência e, posteriormente, o silenciamento do episódio. Para isso,



VIII Grão Fino: Semana de Fotografia
Campina Grande/PB
4 a 5 de Dezembro de 2025
Paraíba, Nordeste, Brasil



adotamos uma abordagem inspirada na metodologia de leitura crítica das imagens de Azoulay (2024), que compreende a fotografia não apenas como um documento visual, mas como um campo de relações políticas e um vestígio de histórias obliteradas.

Em torno da figura do Beato José Lourenço (1872-1946), líder e fundador da comunidade do Caldeirão, reuniu-se uma grande quantidade de romeiros – brancos, negro e indígenas - vindos de todo o Nordeste. Tal comunidade se aglutinou simbolicamente no chamado catolicismo popular, que começava a tomar novas formas na devoção do Padre Cícero e em torno do fenômeno do “milagre em Juazeiro”. Havia, na comunidade, a prática da caridade acompanhada de uma noção de fraternidade consolidada, onde tudo era repartido entre todos. Cabia, nesse sistema de vida, não somente a oração e a penitência, como também uma vida de trabalho voltada não para o acúmulo de riqueza pessoal, mas como instrumento de auxílio aos menos favorecidos. O sistema de trabalho, nessa organização, era coletivo e partilhado, tendo as produções divididas conforme a necessidade de cada membro, e racionadas para tempos de seca.

Os conceitos do pensador quilombola contemporâneo Nego Bispo (2015) nos levam a pensar que causava medo, à elite cearense, que tanta gente se organizasse em “confluência” no que foi a comunidade do Caldeirão. A noção de confluência busca integrar saberes e culturas de maneira que as pessoas envolvidas não percam suas identidades originais. Em vez de promover uma assimilação forçada, como ocorria com os projetos de eugenia e branqueamento, essa abordagem valoriza a pluralidade e a troca de conhecimentos. A eugenia, que se tornou um conceito central nas políticas raciais do Brasil no século XIX e início do XX, foi um movimento que defendia a “melhora” da população por meio da eliminação ou assimilação de características consideradas “inferiores” — como as de pessoas negras, indígenas e outros grupos não-europeus — com o objetivo de aproximar essas populações do ideal europeu de brancura. O branqueamento, por sua vez, era a



VIII Grão Fino: Semana de Fotografia
Campina Grande/PB
4 a 5 de Dezembro de 2025
Paraíba, Nordeste, Brasil



ideologia que promovia a ideia de que a “integração” racial e cultural do país só seria alcançada com a diluição das identidades não-brancas, forçando uma homogeneização que apagava as culturas originárias.

No caso do Caldeirão, é importante compreender que as origens do massacre dessa comunidade foram estabelecidas na formação do estereótipo do “flagelado” e do “fanático”, durante o Império, e repaginadas na República do Estado Novo, na “invenção do Nordeste”, termo que aparece no título do livro de Albuquerque Júnior (2011). Segundo o autor, a região Nordeste foi inventada em 1919, uma criação da burocracia do Estado para combater a seca, e com ela vieram outros mecanismos de exclusão e estereótipos direcionados à região. O Caldeirão e seu genocídio são consequências das ideias eugenistas e de branqueamento que a região já vinha experimentando. Entendemos, através do referido autor, que se criou a região “nordestina” em contraposição ao Sudeste, esta última região configurando como lugar de pessoas brancas e destinadas a governar o Brasil. A “raça”, nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, era melhor, as pessoas eram menos degeneradas e eram destinadas a cuidar da nação. Portanto, o Nordeste seria um lugar atrasado culturalmente, sobretudo por causa da miscigenação; esses problemas teriam se materializado em um corpo subdesenvolvido, inclinado ao fanatismo religioso e ao banditismo do cangaço, por exemplo.

Nego Bispo (2023, p. 13) afirma que contracolonizar é uma ferramenta para adestrar palavras quando convoca: "Vamos pegar as palavras do inimigo que estão potentes e vamos enfraquecê-las", pois "temos que enfeitiçar a língua" (Bispo, 2023, p. 13-14). O referido autor convidada à semeadura de palavras novas, no nosso caso, trata-se de trazer os elementos da região Cariri aos conceitos da academia. Portanto, é um dever ético, quando tratamos de episódios de violência, adotarmos uma estratégia de contra-arquivo ou contracolonial, produzindo, assim, novas palavras e conceitos que adestram o pensamento colonial. A partir do método de Ariella Azoulay (2024) em uma *História Potencial*, é possível propor outras maneiras de contar, de um modo que



VIII Grão Fino: Semana de Fotografia
Campina Grande/PB
4 a 5 de Dezembro de 2025
Paraíba, Nordeste, Brasil



não somente desperte compaixão, ou seja, que consigamos conhecer a dor do outro, mas também que possamos recontar a história deste lugar arquivado e imóvel, muitas vezes depreciativo, onde o imperialismo colocou esses corpos e essas histórias, operando, assim, as reparações e restituições devidas no passado. “A história potencial é uma forma de estar com outros, vivos e mortos, através do tempo; contra a separação entre passado e presente, entre pessoas colonizadas e seus mundos e posses, entre história e política” (Azoulay, 2024, p. 70).

É importante que seja construída uma outra narrativa, em escrita fabulatória, à maneira de Saidiya Hartmann (2022), que tire do lugar de subjugado e estereotipado os arquivos de violência, devolvendo o protagonismo das pessoas violentadas, a qual, segundo Azoulay (2024), não pode negar a dívida e a necessidade de reparação que essas pessoas merecem.

PALAVRAS-CHAVE: arquivo; estereótipo; violência; trauma; representação.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **A invenção do nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2011.

AZOULAY, A. **História potencial**: Desaprender o imperialismo. São Paulo: Ubu Editora, 2024.

BISPO, A. **Colonização, quilombos, modos e significados**. Brasília: Editora Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa – INCTI, 2015.

BISPO, A. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

DIDI-HUBERMAN, G. **Imagens apesar de tudo**. São Paulo: Editora 34, 2020.

HARTMAN, S. **Vidas rebeldes, belos experimentos**: histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encenqueiras e queers radicais. São Paulo: Editora Fósforo, 2022.